



Recebido em 21/02/2018

Aceito em 18/07/2018

**CAMPOS DE REEDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: A
FICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA EM *CAMPO DE TRÂNSITO***
*REEDUCATION CAMPS IN MOZAMBIQUE: THE FICTIONALIZATION OF
HISTORY AND MEMORY IN CAMPO DE TRÂNSITO*
*CAMPOS DE REEDUCACIÓN EN MOZAMBIQUE: LA
FICCIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA EN CAMPO DE TRÂNSITO*

Rosilda Alves Bezerra¹

Francisca Zuleide Duarte de Souza²

João Batista Teixeira³

RESUMO:

Campo de Trânsito (2007), do autor moçambicano João Paulo Borges Coelho, ficcionaliza os fatos e abusos vivenciados nos temidos “campos de reeducação”, institucionalizados no pós-independência pelo Estado moçambicano com intuito de retirar da mesma sociedade aqueles que não estivessem preparados para compor os quadros da nova nação e reeducá-los para que se tornassem cidadãos produtivos alinhados ao modelo de governo de orientação socialista marxista-leninista. O referido texto parte do ficcional para a história de Moçambique, e rastreia abusos cometidos contra os cidadãos, tais como a negação de direitos fundamentais do ser humano, além de cercear a liberdade de boa parcela de civis, ao gerar uma sociedade cindida pelo medo, na implantação de um regime totalitário. A partir daquilo que denominaram “Operação limpeza”, o ideal de liberdade para todos defendido nas lutas anticoloniais foi postergado, dando lugar a uma nação medrosa, assustada com o fantasma dos ditos campos de reeducação. A questão da memória é enfatizada na reconstrução dos quadros sociais transpostos para o ficcio-

¹ Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: rosildaalvesuepb@yahoo.com.br

² Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: zuleide.duarte@hotmail.com

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual da Paraíba.. E-mail: raiolispector_@hotmail.com



nal, refletindo, no passado histórico, o tempo presente pós-colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Campos de reeducação, Moçambique, João Paulo Borges Coelho.

ABSTRACT:

Campo de Trânsito (2007), novel by the Mozambican author João Paulo Borges Coelho, fictionalizes the facts and abuses lived in the feared “reeducation camps”, institutionalized in the post-independence by the Mozambican State, aiming to withdraw from the society those who were not prepared to be a part of the new nation system and reeducate them so they could become productive citizens aligned with the government model of socialist Marxist-Leninist orientation. This text goes from fictional to the History of Mozambique, tracking the abuses committed against citizens, such as the denial of the fundamental rights of the human being, restricting the freedom from a good part of the civilians, creating a society divided by fear; in the implementation of a totalitarian regime. From what they called “Cleaning Operation”, the ideal of liberty for all that was defended in the anti-colonial struggle was postponed, giving place to a fearful nation, frightened by the ghost of the so called reeducation camps. The memory issue is emphasized in the rebuilding of the social structure transposed to the fictional, reflecting, on the historical past, the present postcolonial time.

KEYWORDS: Reeducation camps. Mozambique. Memory.

RESUMEN:

En Campo de Trânsito (2007), del autor mozambiqueño João Paulo Borges Coelho, observamos la ficción de los hechos y abusos vividos en los temidos campos de la reeducación, que fueron institucionalizados en el período de pos independencia por el Estado mozambiqueño con el objetivo de retirar de la misma sociedad aquellos que no estuviesen listos para componer los cuadros de la nueva nación. Estos individuos eran reeducados hasta que se convirtiesen en ciudadanos productivos alineados al modelo de gobierno de orientación socialista marxista-leninista. Nuestro texto parte de la obra ficcional para la historia de Mozambique y rastrea los abusos contra los ciudadanos, tales como la negación de los derechos fundamentales del ser humano, cercenamiento de la libertad de buena parcela de civiles, el miedo, la implantación de un régimen totalitario. A partir de lo que denominaran “Operación limpieza”, lo ideal de libertad para todo lo que fue defendido en las luchas anticoloniales fue postergado, dando vez a una nación medrosa, asustada con el fantasma de los dichos campos de reeducación. La cuestión de la memoria es resaltada por los cuadros sociales traspuestos al texto ficcional, que reflexiona a partir del pasado histórico el tiempo presente postcolonial.



PALABRAS-CLAVE: *Campos de reeducación. Mozambique. João Paulo Borges Coelho.*

O romance *Campo de Trânsito* (2007), do autor moçambicano João Paulo Borges Coelho, apresenta a história de um Moçambique ficcionalizado, vivendo o período pós-independência. Ao focar os ditos “campos de reeducação”, instrumento utilizado pelo Estado socialista moçambicano como meio para retirar da sociedade aqueles que eram classificados como desocupados e pouco ou nada produtivos, o autor desenha um projeto de nação que se apresentava a partir da governação instaurada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), agente da libertação do país do jugo colonial, que se torna, no novo sistema, pós-independência, o partido único a ditar as regras e normas a reger a nova nação.

João Paulo Borges Coelho, autor moçambicano com formação acadêmica na área de História, atua como professor de História Contemporânea e da África Austral na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Ministrou também aulas no Mestrado em História da África na Universidade de Lisboa. Divide a atividade docente com a arte literária, cultivando o texto ficcional. Sua obra trata das guerras coloniais, do Moçambique colonial e pós-colonial, visitando e expondo temas como a falência do Estado novo moçambicano, que não correspondeu às expectativas de um país livre para todos.

A ficcionalização da história aproxima os fatos narrados em *Campo de Trânsito* e os abusos cometidos pelo governo independente de Moçambique contra os indivíduos que traziam a ideia de atraso, obscurantismo e trouxessem em si a mancha dos hábitos e modos que remetessem ao período colonial. Matte Braun (2016, p. 98) afirma que é por meio do narrador que a memória e o conhecimento se compilam, elaborando um painel de uma sociedade de fronteira. O narrador é, portanto, um coletor de memórias, transitando entre os diferentes tempos do passado.

Os campos de reeducação foram instrumentos utilizados no período pós-independência em Moçambique com o intuito de retirar e doutrinar aqueles que eram considerados um atraso para a construção da nação e não estivessem aptos para contribuir com o modelo socialista marxista-leninista, padrão de governação seguido por Samora Machel, após a libertação em 1975.

A postura do governo marxista moçambicano tinha a intenção de eliminar velhos hábitos associados ao colonialismo português e ao sistema capitalista e, dessa forma, criar uma consciência socialista. Os primeiros anos da independência de Moçambique foram conturbados. Em 1974, Armando Guebuza, na época ministro da administração interna do governo de transição, anunciou a criação de campos de reeducação, seguindo o modelo de outros regimes totalitários socialistas como o da antiga União Soviética e China, por exemplo.

Além de prostitutas, milhares de outras pessoas, como dissidentes políticos, suspeitos de



ligação com o poder colonial português, alcóolicos, autoridades tradicionais (como régulos e curandeiros) e Testemunhas de Jeová (grupo cristão que se recusa ao serviço militar obrigatório) foram apanhados nas ruas de Moçambique, em particular, em Maputo, Beira e Inhambane, segundo relatos na Imprensa internacional. (THOMAZ, 2008).

Os detidos eram, normalmente, encaminhados para os postos de polícia e, sem qualquer comunicação à família e sem decisão em tribunal, levados a centros de reeducação no norte do país. Com a falta de dados oficiais sobre esse período da história de Moçambique (1974/1980) estima-se que, em 1980, cerca de 10 mil pessoas estavam concentradas em 12 centros de reeducação. O número viria a crescer segundo dados do antropólogo Omar Ribeiro Thomaz (2008), da Universidade Estadual de Campinas. Em novembro de 1975, foi anunciada a detenção de três mil pessoas em atritos e rusgas efetuadas nas cinco principais cidades do país segundo o jornal tanzaniano *Daily News*. Informa o *Jornal Made For Minds* que em 1982 foi anunciada a suspensão de mais de 500 funcionários públicos e seu consequente desvio para os campos. Sobre os campos de reeducação,

o principal objetivo dos campos de reeducação era poder “formar o homem novo”, ou seja, se baseavam nos paradigmas utilizados nos regimes totalitários da União Soviético e China, fazendo com que esses indivíduos, até então considerados inapropriados para habitar a nova nação, pudessem, com o tempo, atingir a sua dignidade e com isso serem inseridos na sociedade. Segundo a notícia registrada no jornal da Tanzânia, *Daily News*, em novembro de 1975 foi anunciada a detenção de três mil pessoas por causa de brigas e confrontos ocorridos nas cinco principais províncias de Moçambique. Em 1982 foi anunciada a suspensão de mais de 500 funcionários públicos e a necessidade de enviá-los à reeducação. No entanto, muitos desses “reeducandos” nunca mais retornariam aos seus locais de origem. *Entre as memórias silenciadas* mostra a condição dos comandantes responsáveis pelo controle dos campos de reeducação, considerados como carcereiros de indivíduos indesejáveis. (BEZERRA; DUARTE, 2017, p. 169).

Alguns dos centros de reeducação ocuparam antigas instalações de bases militares e estavam em locais remotos de difícil acesso. Conta-se que os fugitivos, quando não apanhados pelos guardas, acabavam por ser denunciados pelos camponeses da região ou devorados por feras. Os centros, em sua maioria, se encontravam na Província noroeste do Niassa, sendo a maior e menos habitada parte do país. (THOMAZ, 2008).

A partir desse contexto, a ficção de Borges Coelho apresenta a narrativa dos campos e expõe a ferida da nação: falta de uma política cidadã e o pouco preparo daqueles que executavam a política de doutrinação e trabalho forçado aos reeducandos. Isto sugere a analogia entre os campos de reeducação no Moçambique pós-independência e os temidos campos de concentração nazistas criados por Hitler e seus seguidores.

Em *É isto um homem?* (1988), Primo Levi narra a própria prisão e o tempo que perma-



neceu em Auschwitz, para onde foi levado em 1944. Os relatos são experiências terríveis de sobrevivência e abuso de poder por parte dos nazistas. Referimos esse relato aqui, não na perspectiva de rememorar o trauma, mas poder enfatizar a não tolerância na repetição de tais práticas. Na Alemanha de Hitler ou no Moçambique socialista, a dor e o trauma não são menores, pois fere e viola toda a dignidade humana que há nesses povos:

Tenho perguntas a fazer. Estou com fome, e quando, amanhã, nos distribuirão a sopa, como é que vou comê-la se não tenho colher? (...) De cima, porém, de baixo, de perto, de longe, de todos os cantos do Bloco já escuro, vozes sonolentas e iradas gritam-me: - *Ruhe! Ruhe!* (Silêncio!). Compreendo que querem que eu cale a boca, mas essa palavra é nova para mim e, não conhecendo seu significado nem as suas implicações, minha serenidade aumenta. Aqui, a confusão das línguas é um elemento constante da nossa maneira de viver; a gente fica no meio de uma perpetua babel, na qual todos berram ordens e ameaças em línguas antes nunca ouvidas, e ai de quem não entende logo o sentido. (LEVI, 1988, p.36)

Esta narrativa também convoca as reflexões sobre os fatos da história que, ficcionalizados, permitem outras traduções daquilo que muitas vezes passa por esquecido da humanidade. O narrador tem essa função na ficção; através da metaforização dos acontecimentos e do uso das falas e metonímias expõe a humanidade em suas rasuras, traumas, barbáries e medos.

Ainda que:

A expressão da referencialidade está toda situada no eixo do narrador. É o seu discurso que detém o conhecimento histórico; é ele quem informa o leitor sobre nomes e datas. Nesse sentido, consideramos que as referências históricas parecem ter como função a composição da identidade do narrador como alguém que fala de um lugar de fora, de um lugar de erudição e conhecimento histórico, mais do que remeter a lugares reais, propriamente. Ao esvaziar o conteúdo das referências, ressaltamos assim o aspecto literário de sua obra. (MATTE BRAUN, 2016, p. 99).

O narrador é peça fundante da narrativa de João Paulo Borges Coelho em *Campo de Trânsito*. J. Mungau, protagonista, prisioneiro do novo Estado moçambicano, instiga o leitor a enveredar com ele pelas sendas de um labirinto de fatos, situações e memórias dispersas sobre esse tempo em que muitos moçambicanos eram interpelados nas ruas e vilas, pois se não estivessem de posse dos documentos pessoais, já eram classificados na categoria de desocupados. Caso oferecessem resistência e não concordassem com o governo, eram levados em caminhões que seguiam em comboios para regiões afastadas da cidade e confinados em “campos de reeducação”. Dessa forma, passariam por um tratamento, por assim dizer, para que abandonassem os hábitos velhos e assumissem a postura de cidadãos que ergueriam a nova nação. Sobre o novo Moçambique, importa saber:

Como presidente da I República de Moçambique, Samora Machel, juntamente



com a elite da FRELIMO (partido único), foi o responsável pela reestruturação do projeto nacional. É neste ponto que sua governação põe em marcha um projeto de reenquadramento identitário. A lógica da ruptura radical com o passado — marcado pelo colonialismo português, pela exploração econômica burguesa, pelo racismo e pela cultura européia assimilacionista — já antes difundida como objetivo principal a ser alcançado, entrará em fase de construção da “nova” realidade. Eis aqui o ponto de interesse central no âmbito da discussão sobre as identidades africanas em geral e sob a construção das nações e dos nacionalismos em África. Após a independência, foi adotado o modelo de partido único no país, opção justificada a partir de uma postulada coincidência entre o projeto da FRELIMO como representante das aspirações do “povo” moçambicano do Rovuma ao Maputo. (PAREDES, 2014, p.13).

O reenquadramento identitário aqui em pauta constaria, na prática, da utilização da “operação limpeza” (THOMAZ, 2008) como meio de retirar os que não tinham “contribuição alguma” para o novo projeto de nação arquitetado por Samora Machel e aqueles que compunham as suas pastas na governação. Com o novo Estado em ação, os reacionários e até mesmo aqueles que estavam à margem da sociedade moçambicana passariam a compor o quadro dos excluídos e levados aos temidos campos que apresentavam as mesmas características dos campos de concentração nazistas, como já dito, por segregar, sequestrar e impor aos cidadãos uma ordem única, confirmando assim um crime contra a humanidade que deixou sequelas e danos irreparáveis ao povo moçambicano. João Paulo Borges Coelho toca fundo a chaga e torna conhecida uma parcela importante da história recente de Moçambique, da qual pouco se fala. O medo e o silêncio orquestram a omissão dessas fases da história que se torna cada vez mais lacunar. Nesse sentido, a memória, por mais que seja dolorosa, cumpre sua missão:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos (...). São rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que se aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p.12-13)

Para a demarcação dos poderes em uma sociedade é preciso determinar os lugares e espaços em que esses poderes possam tomar mais visibilidade. Em *Campo de Trânsito*, o personagem J. Mungau, ao ser retirado de sua residência no meio da madrugada, será levado a um campo transitório e depois ao campo definitivo, sem compreender o que está lhe ocorrendo. J. Mungau tem em mente sempre que alguém irá lhe dar algum tipo de resposta ou satisfação pelo fato de estar ele também compondo o quadro dos excluídos, levados à reeducação:

Vêm buscá-lo às cinco da madrugada. Três pancadas secas na porta, depois mais três. Pancadas pacientes, de quem sabe que está a dormir e lhe dá tempo de acordar. (...) Acorda em sobressalto, devem ir na terceira ou quarta série de pancadas, talvez mais. Deixa-se ficar imóvel, procurando situar-se no escuro enquanto as pancadas se sucedem. Onde estou? Que barulho é este? Quem sou eu?, até, por um curto instante. (BORGES COELHO, 2007, p. 7)



O primeiro capítulo de *Campo de Trânsito* sugere ao leitor o momento em que a polícia interpela um cidadão em sua hora de descanso para o levar ao “campo de reeducação”. J. Mungau é levado a lugares que existem na sociedade em que vive e que até aquele momento lhe eram estranhos. Lembra que na noite anterior havia bebido e tido uma discussão, e pensa ser esse o motivo da abordagem. As pancadas intensas e impacientes na sua porta e a ordem para cumprir o mandado de seguir com a polícia, encarregada de o conduzir sem explicações, deixam-no estupefato. Revisa os últimos acontecimentos da noite anterior desde que deixara o escritório e fora para o apartamento, a ida ao bar e não atina com a motivação de estar sendo levado na qualidade de preso:

J. Mungau? Sim, sou eu, responde. Estás detido! Só a um deles – o que falou – parece conhecer vagamente, dos bares ou porque tem uma figura fora do comum. Aos outros dois nunca viu. (...) Por ordem de quem? Vá, vai vestir-te se não queres acompanhar-nos nesse estado, diz o que falou, que parece ser quem ali manda. Fá-lo numa voz monocórdica, tão sem sobressaltos quanto a avenida lá fora. É maciço, um tudo-nada gordo até, pescoço taurino, cabeça rapada. Bexigoso. Mas o que verdadeiramente impressiona nele são os olhos. Não têm cor, quase brancos, incluindo as pupilas. Nunca viu umas pupilas assim. Duvida até que ele possa ver alguma coisa com aquilo. Levanta os braços para argumentar, mas aquelas pupilas brancas travam-lhe o gesto a meio. Baixa-os, suspira resignado e vira-lhe as costas, voltando ao quarto. (BORGES COELHO, 2007, p. 10-11)

Esta forma “democrática” de tratar um cidadão com trabalho e residência fixa, em um país recém-liberto e com um programa de unificação da nação, é incompreensível. J. Mungau não atina com a causa de sua detenção e prisão. Qual crime cometeu? A quem desacatou? São perguntas frequentes e que o Bexigoso, comandante da operação, não responde, tratando-o com a frieza e a indiferença daqueles que executam ordens e servem sem questionar ao poder totalitário. Pela terceira vez, J. Mungau pergunta-se:

De que será que me acusam? é a reflexão de Mungau. Chegam finalmente ao destino. Transpõem os altos portões de ferro, dão uma curva larga no pátio do comando e estacionam junto ao edifício principal. São sete horas da manhã e falta ainda um pouco para que os funcionários comecem a chegar. Está, portanto, garantida uma certa privacidade, é Mungau agradece mentalmente ao Bexigoso por isso: não estaria preparado para que alguém o visse e reconhecesse nesta condição. Saem do automóvel, um ruído de portas batendo sem sucessão. Levam-no agora agarrado levemente pelos braços, um absurdo: se não fugiu antes não é agora que iria tentá-lo. Deixou essas ideias do lado de fora dos altos portões, vai agora sem ideias. Mas o facto de se encontrarem no Comando obriga os agentes a um comportamento mais empenhado. Afeiçoamos os nossos gestos ao modo como achamos que os outros nos vêem agir. (BORGES COELHO, 2007, p. 15-16)

As indagações de J. Mungau denotam a insatisfação do povo moçambicano enviado à



reeducação. A fala do personagem funciona como um acenar não apenas para a sua situação, mas de toda uma comunidade que era obrigada a frequentar os comícios e manifestações públicas do regime em voga no Moçambique independente, que não podia dissociar ou sequer ter alguma posição que não fosse seguir a orientação do Estado, que, por sua vez, se configurava na modernização do país a todo custo, indo contra as comunidades tradicionais, costumes e culturas consideradas ultrapassadas e um atraso ao novo projeto de povo unificado numa só nação.

De acordo com Maria Paula Meneses,

Nos contextos actuais da história dos Estados-nação pós-coloniais importa questionar as razões que transformam a delimitação de fronteiras e as políticas de pertença e cidadania em espaços de conflito aberto. Em contextos como os de Moçambique, um país atravessado pela fúria neo-liberal, o problema de se saber em que consiste a integridade nacional, em questionar os sentidos de pertença e as suas implicações morais e materiais. Justamente porque estas questões são tão reais e imperativas que ganham a força e sentidos que nos impelem a uma reflexão mais profunda. (MENESES, 2012, p. 312).

Pensamos também, com Meneses (2012), ao afirmar que o Estado moçambicano assenta e tem nos seus objetivos políticos um projeto de nação e que, neste caminho para a realização do seu projeto, esbarra em vários obstáculos que o força a ter em atenção várias resistências de caráter cultural e político. Neste sentido, a autora explicita o sentido político da nação, o qual emerge com uma referência ideológica através da qual se pretende legitimar o Estado, assim como garantir a maior eficácia de sua atuação; já na perspectiva e sentido cultural, ela, a nação, projeta-se como uma comunidade que compartilha não só o território e vontade de perseguir determinadas metas e objetivos, mas também um conjunto de hábitos e tradições específicas, de história e de mitos.

J. Mungau, ao ser levado como prisioneiro, faz parte dessas duas perspectivas de construção do projeto de nação. Ao menos como mero expectador e recebedor das normas do Estado. Está submetido às regras do regime marxista-leninista de Samora Machel, mas também é portador dos elementos culturais, do outro Moçambique com seus mitos e modos culturais desprezados pela nova ideia de nação.

O texto de João Paulo Borges Coelho ficcionaliza os fatos que envolveram parte dos cidadãos moçambicanos, no período em que se efetivou o governo do pós-independência. A memória é reclamada, diluída e reconstruída a partir dos fragmentos da história. Os lugares de consolidação dos traumas aqui referendados, como os ditos “campos de reeducação”, são espaços em que se pensou num tipo de abordagem política, com uma estrutura mínima de funcionamento e que se assemelhavam muito aos campos de concentração nazistas. A memória do povo moçambicano, após a implantação desse sistema e sequestro dos seus direitos civis, vem à tona no personagem J. Mungau, nos guardas, inspetores e outras pessoas que irão compor a narrativa de *Campo de Trânsito*.



O que deve ser lembrado e esquecido numa sociedade? João Paulo Borges Coelho, em sua ficção, acena e pede o instante da lembrança dos fatos que não devem ser esquecidos para que não se repitam as barbaridades e violações dos direitos civis de um povo. Selligmann–Silva, sobre o ato de esquecer e lembrar, reflete que:

Defender como Nietzsche o tempo certo para se esquecer e o tempo certo para se lembrar pode levar à ideia inocente de que podemos controlar nossa memória. A historiografia decerto estaria mais próxima desse modelo: ela – na sua versão moderna – se quer não apenas imparcial e fria, mas também capaz de arquivar todos os acontecimentos (e era esse aspecto total da história que Nietzsche visou com sua crítica). O registro da memória é sem dúvida mais seletivo e opera no *Double bind* entre lembrança e esquecimento, como o mesmo. (SELLIGMANN–SILVA, 2003, p. 61-62).

Le Goff (1996, p. 423) destaca a memória como propriedade de conservar certas informações, além de funcionar como um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Assim, a memória auxilia o não esquecimento total ou intencional daquilo que se constrói como um trauma coletivo. Dessa forma, o dano causado à sociedade moçambicana a partir da reeducação não foi algo que ocorreu com um cidadão, ou determinado grupo social, mas um sistema que, pensado para punir, já que não educa e muito menos reeduca ninguém, à medida que transgredir e viola os direitos civis dos seus cidadãos, transforma-os em pessoas sem identidades, que eram retiradas de seus afazeres e convívio familiar, sem serem ouvidas ou se utilizarem dos códigos de direito dos quais deveriam dispor numa República socialista.

Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 61-62), sobre democracia e governo na África, ressalta que o período colonial não foi uma boa preparação para a democracia, pois o regime colonial era paternalista e autoritário, ou mesmo totalitário; enquanto as pessoas se consideravam como súditas e obedeciam, os colonizadores mantinham a antiga organização dos chefes e dos reinos africanos, servindo-se também dessas estruturas para implantar o seu próprio poder. Esse comportamento acaba ressignificando e mantendo nas novas democracias práticas de exclusão, autoritarismo e totalitarismo, fragilizando a intenção das lutas pós-independência e apresentando fraturas na governação como os abusos cometidos nos campos de reeducação no Moçambique independente. Os modelos de administração e governação herdados do período colonial se mantiveram no pós-independência.

A descolonização, sendo um processo político, emancipatório e com força nas lutas contra a dominação dos colonizadores europeus, não estabelece, de forma imediata, a nova ordem sem que também acabe se utilizando da força policial e do poder em excesso para punir e excluir qualquer manifestação de “desordem”. O policiamento ideológico violento talvez aprendido com a polícia portuguesa, a PIDE, ou com os novos pensadores que passaram a seguir, desrespeitou a sociedade recém-libertada de forma igualmente perversa.



A descolonização é muito mais que uma mera transição para a independência, ou a transferência de poderes. A descolonização exige a análise das lutas, compromissos, promessas, e o repensar dos conceitos fundamentais que ligavam espaços e tempos. Não é uma seta unidirecional. É uma disputa permanente sobre as representações e políticas na ex-colônias e nas ex-metrópoles, num complexo jogo de espelhos onde o desdobrar dos sentidos do império é urgente. O paradigma anti-colonial, dominante em Portugal, é apenas parcialmente coincidente com o paradigma nacionalista proposto pelo movimento de libertação. (MENESES, 2012, p. 319).

Nessa perspectiva, muitas práticas excludentes com determinada parte da população moçambicana levadas aos campos de reeducação acabam contradizendo o princípio das lutas pela libertação do jugo colonial. Meneses (2012) diz que a memória é essencial para a construção da identidade de cada um, sendo individual ou coletiva. A memória política de Moçambique se constrói na macro narrativa gloriosa da luta pela libertação. A situação de amnésia que é imposta à escala global sobre essas diferenças continua sendo um desconforto.

Assim, a ficcionalização da história do Moçambique pós-independência é material que compõe a obra de João Paulo Borges Coelho e com especial destaque em *Campo de Trânsito*, quando o narrador, num jogo de narrar e compor a situação dos ditos campos de reeducação, torna público um assunto não tão discutido na sociedade moçambicana. Assunto-tabu, diplomaticamente “esquecido” por muitos intelectuais de grande prestígio do país. Reabrir a ferida é atitude corajosa e bastante necessária. Entretanto, temos em Borges Coelho (*Campos de trânsito*) e Ungulani Ba Ka Khosa (*Entre memórias silenciadas*) exceções louváveis. O assunto é metaforizado em outros escritos de autores de primeira água, que preferem a poetização do trágico à exposição direta, mesmo que “sob o manto diáfano da fantasia”, invocando aqui a célebre frase de Eça de Queiroz (1842-1900).

Sobre o cotidiano no campo de trânsito,

A coluna para a meio de um descampado de terra argilosa cozida pelo o sol, muito dura. Tão dura que nem os pesados caminhões carregados de detidos conseguem marcar nela os rodados. O pó que levantava na floresta quando a atravessavam – espesso e vermelho, deixando as árvores ensanguentadas – é aqui tão fino que só com dificuldade se consegue ver a olho nu. Surge mais tarde na água de lavar a roupa, que fica castanha; ou quando os detidos tomam banho e parece que se esvaem também eles em sangue. Mas isso Mungau só descobrirá mais tarde. Os detidos recebem ordens de descer dos camiões. Surpreendentemente são deixados à vontade, vagueando pelo descampado, esticando as pernas depois de tão longa e penosa viagem. Os guardas desinteressam-se deles: mesmo que quisessem e tentassem, para onde fugiriam? Lá fora aguardá-los-ia uma amorfa massa verde com o cair da noite depressa se tornando negra, retalhada por rios caprichosos e povoada de feras inquietantes. Reais ou imaginárias. Quem ousaria? (BORGES COELHO, 2007, p. 41)



A literatura evoca e convoca a memória coletiva para que se reflita sobre esta situação traumática os que para a reeducação eram enviados. Fica evidente pelo discurso do narrador que as pessoas consideradas improdutivas, ao chegarem aos campos, também não recebiam muitas tarefas, ficando na maioria largados até serem inseridos em trabalhos forçados e a levar uma vida sem muita perspectiva que não fosse suportar a rotina do campo com a esperança vaga de um dia retornar à sociedade. Assim, Santos Lima informa sobre a memória dos reeducandos, que:

Transportados para outro lugar, a reeducação pertenceria a um tempo a ser evitado, esquecido; o próprio campo seria devorado pela floresta e arruinado pelos bandos armados e pela guerra civil. No entanto, o tempo de permanência no campo, como uma memória atávica das circunstâncias do choque que insiste em não cair no esquecimento, estaria inscrito definitivamente na identidade dos reeducandos, assim como a experiência do deslocamento (2014).

A história desse período desdobra-se na narrativa de *Campo de Trânsito*, na qual os personagens, indivíduos que portam um saber calcado no cotidiano dos campos de reeducação, compõem a trama de horror e violação dos direitos civis dos moçambicanos que, por ironia, se localizam numa sociedade pós-independência.

A história e suas sucessivas transições são sugeridas na escrita de JPBC de múltiplas formas, desde as metafóricas e metonímicas até às alegóricas, e não raras vezes na própria fronteira entre uma e outras. Os discursos, as imagens do espaço e as imagens do corpo desempenham um papel determinante para essa visibilidade. A matéria histórica é aludida pelo que tem de mais teatral, com corpos actuando sobre um palco específico. Este palco, tão performativo como os actores que sobre ele actuam, se situa nos recantos mais inesperados do cotidiano. Neste sentido, as analogias ou os sucessivos efeitos de semelhança entre discurso, corpo, espaços humanos e lugares políticos constituem o principal meio utilizado por JPBC para “ler” a história. (CAN, 2009, p. 16)

O estudioso Nazir Ahmed Can afirma que a escrita desse autor possui material histórico que permite a leitura dessa comunidade a partir das analogias entre corpos, espaços humanos e lugares políticos. Sobre a posição de historiador, o ficcionista Borges Coelho, em entrevista, expõe:

Certamente que haverá traços da actividade de historiador na minha prática literária: no talvez excessivo rigor na localização do espaço-tempo das tramas, nas estruturas causais das explicações etc. Todavia, não vejo a literatura como complemento do discurso histórico (“dizer pela ficção aquilo que a história não seria capaz de dizer”), longe disso! Pelo contrário, procurei a literatura como quem procura, não a complementaridade, mas o contraste. A história está sujeita ao paradigma da verdade, procura ser objectiva, ao passo que a literatura está mais próxima da imaginação e da intuição. (CHAVES, 2009, p. 153)



A ficção de JPBC impõe uma abordagem em que leitura e pesquisa imbricam-se de forma tal que o exercício se alarga para os textos históricos e jornalísticos. A sua escrita é maculada pelo endereçamento constante ao fato ocorrido, seus registros e leituras. Sem obrigações com a verdade factual, a verossimilhança respalda-se, sobretudo, na memória, nos espectros do passado que teimam em retornar, exigindo iluminação. Tais aspectos tanto podem ser observados na narrativa de João Paulo Borges Coelho, como em Ungulani Ba Ka Khosa.

REFERÊNCIAS:

BORGES COELHO, João Paulo. **Campo de Trânsito**. Editorial Caminho. Lisboa, 2007.

BEZERRA, Rosilda Alves; DUARTE, Zuleide. A (re) construção identitária em Entre as memórias silenciadas, de Ba Ka Khosa. In: Ineke Phaf-Rheinberger/Ana Sobral/Tânia Macedo/Selma Pantoja (orgs.). **Literatura e outras Artes: construção da Memória em Angola e Moçambique**. Peter Lang Edition. Alemanha, 2017.

CAN, Nazir Ahmed. **Para além da história: Campo de Trânsito, de João Paulo Borges Coelho**. In: Revista Via Atlântica. n.16, Dez/2009.

CHAVES, Rita. **Entrevista com João Paulo Borges Coelho**. Revista Via Atlântica. N. 16. Dez/2009, p. 151-166.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LEVI, Primo. **É isto um Homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

MATTE BRAUN, Ana Beatriz. **O “outro” moçambicano**: expressões da moçambicanidade em João Paulo Borges Coelho. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MENESES, Maria Paula. Nação e Narrativas Pós-coloniais: interrogações em torno dos processos identitários em Moçambique. In: Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Apa (orgs.). **Nação e Narrativa Pós-colonial**. Ensaios. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. n.10 Dez. 1993. p. 27-28.



PAREDES, Marçal de Menezes. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência**: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. In: Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 21, nº40, p.131-161, 2014.

SANTOS LIMA, Rainério dos. **Memórias indesejadas**: os campos de reeducação na ficção de Ungulani Ba Ka Khosa. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo. Dossiê n.18 - ISSN:-1679-849X.Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, Memória e Literatura**: O testemunho na era das catástrofes. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP. 2003.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Escravos sem dono**: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2008, V. 51 N°1.

